

Suzane Schulz e Vitor Borges

São, respectivamente, juíza e procurador do trabalho

As verdadeiras lições que a criança retira do trabalho infantil são as de exclusão, de falta de perspectiva, de exploração mesmo

Infância roubada

Não! O trabalho infantil não tem função formadora. Esse foi um mito criado para justificar a ausência de proteção da família e do Estado. É ingênuo acreditar que o ambiente de trabalho é adequado à formação de uma criança. O caráter de cada um de nós é forjado a partir de lições dadas no seio familiar e nos bancos das salas de aula.

Não se enganem: na maioria das vezes, aquele que contrata menores quer tão somente se valer da vulnerabilidade da criança e do adolescente para aproveitar-se dessa mão de obra barata, colocando em risco sua saúde e vida.

Nossas crianças não estão trabalhando em escritórios com ar condicionado e supervisão de profissionais treinados. Estão nas ruas, nos postos de gasolina, nas carvoarias, nos semáforos, nas oficinas mecânicas, no trabalho doméstico, nos estabelecimentos de lava a jato... Expostas a toda sorte de violência moral, física e sexual. E o

que há de formação nisso?

As verdadeiras lições que a criança retira do trabalho infantil são as de exclusão, de falta de perspectiva, de exploração mesmo. Lições essas que formam, na verdade, uma criança revoltada, com baixa autoestima, pronta para, muitas vezes, afogar suas mágoas no mundo do crime organizado.

A construção de uma sociedade verdadeiramente solidária e cidadã pressupõe compaixão das gerações passadas para com as futuras, pressupõe que os adultos zelem pelos direitos de nossas crianças vulneráveis. A sociedade precisa se mobilizar, repudiar, e mesmo censurar aquele que se aproveita dessa mão de obra frágil.

Assim, lembrando o Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho), espera-se que nossa sociedade, em vez de compactuar com o trabalho de crianças e adolescentes, reivindique energeticamente do Estado e das famílias o respeito ao direito a uma infância feliz, lúdica e com educação de qualidade.

Só assim conseguiremos romper com ciclos de pobreza e empoderar nossas crianças do direito de construir, futuramente, um projeto de vida próprio, calcado em um trabalho verdadeiramente digno.



Orlando Caliman

É economista e escreve às quintas-feiras neste espaço

E-mail: ocaliman.vix@gmail.com

O mais provável, do ponto de vista do PIB, é que o setor exportador capixaba funcione como amortecedor do impacto da crise interna

A crise amortecida

A análise mais acurada do comportamento da trajetória do PIB trimestral do Espírito Santo, especialmente nos últimos quatro trimestres, reforça a tese de que nossa economia, para o bem ou para o mal, mostra-se mais dependente da economia internacional do que no mercado nacional. Isso significa que da mesma forma que crescemos mais que a média nacional por causa do desempenho das exportações, também crescemos menos quando o mercado externo entra em forte crise.

Foi isso que aconteceu em 2009 quando o PIB capixaba apresentou uma queda de 6,7%, contra também uma queda do PIB nacional de 0,3%. Pela mesma razão, quando as coisas se normalizaram no mercado externo em 2010, o PIB capixaba reagiu fortemente, com uma taxa de 13,8%. Cifra invejável, atingida somente nos anos áureos da década de 1970. No mesmo ano também a economia brasileira surpreendeu com taxa anual de 7,5%.

Curiosamente, se tomarmos a série histórica com início em 1970 e com término em 2014, num comparativo entre Espírito Santo e Brasil, vamos constatar que o ano de 2009 foi o único ponto da série a apresentar queda do PIB capixaba superior à observada em nível

nacional. Vamos também observar coincidências de quedas da atividade econômica nos dois níveis, como em 1981 e 1982, e no governo Collor em 1990.

A leitura que faço dos números mais recentes relativos ao desempenho das economias nacional e estadual é que, assumindo-se a hipótese de que no front externo as coisas não se compliquem ainda mais, a economia capixaba apresentará um desempenho melhor nesses anos de crise. Ou seja, o mais provável, do ponto de vista do PIB, é que o setor exportador capixaba, principalmente as commodities – minério, celulose e aço –, funcione como amortecedor do impacto da crise interna.

É o que nos possibilitam inferir os números relativos aos últimos quatro trimestres. Tomando-se como base para comparações a variação acumulada do PIB nesses trimestres vamos ver que enquanto a economia nacional encolheu 0,9%, a economia capixaba avançou 6,4% em termos reais. Também na relação entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015, o PIB capixaba superou o nacional: +0,2% contra -0,2%.

Esse “amortecimento”, no entanto, deve ser avaliado com cautela, pois historicamente temos observado em certo grau de inelasticidade – pouca correlação – entre a variação do PIB gerado por esse setor e variáveis como nível de emprego e renda, pelo menos em períodos mais curtos de tempo. É o que aconteceu, por exemplo, em 2009. Não deixa de ser um fator positivo.

Alexandre Bello dos Santos

É especialista em Direito Ambiental e Urbanístico

Estão sendo instalados parquímetros em vias com potencial e vocação para a “vida”. Não é contraditório?

Ruas Vivas no Centro Histórico de Vitória

As regiões centrais de muitas cidades brasileiras passaram, em diversos momentos, por processos de esvaziamento e perda de importância nas suas tradicionais atividades de comércio e serviços, bem como pela saída da população residente de áreas outrora nobres destes espaços centrais. As administrações locais e as universidades debruçaram-se sobre o tema, surgindo daí os conhecidos projetos de “revi-

talização” e algumas iniciativas para a “humanização” destas áreas. Vitória não é diferente, talvez até um caso típico.

Há pelo menos 30 anos ouço falar de projetos de revitalização do centro de Vitória. Soluções pontuais como a restauração de fachadas e padronização de letreiros em prédios históricos, fios elétricos subterrâneos, restauração de praças e reabilitação de edifícios para moradia popular vêm e vão ao sabor dos

ventos. Ainda que viessem em definitivo, não seriam suficientemente humanizadoras, pois por todos os lados circulam carros.

Em artigo publicado neste espaço em 29/05/2015, a atual secretária de Desenvolvimento de Vitória, Lenise Loureiro, afirmou: “Uma cidade que pensa no futuro precisa dar um tratamento especial à rua, que é o tradicional lugar de encontro e de relacionamento social. Nesse sentido, planejamos novas Ruas Vivas, como a do Triângulo, na Praia do Canto, para pedestres aproveitarem o comércio durante o dia e a vida noturna”.

Por que, então, não dar vida definitivamente ao Centro Histórico de Vitória? Por que não transformar em “Ruas Vivas” algumas de suas vias lo-

cais? Rua Sete de Setembro estendida para pedestres por mais um quarteirão, Praça Ubaldino Ramalheira estendida para mais um lado. Isso, no mínimo!

Mas para dinamizar efetivamente o comércio e lazer locais e fazer algo do porte de um Centro Histórico de Recife, no contexto de Vitória, sugiro “Ruas Vivas” para Professor Baltazar, Gama Rosa, Treze de Maio e adjacências da Igreja do Carmo, sem prejuízo algum para quem deseja subir motorizado para a Cidade Alta (Rua do Rosário/Graciano Neves/Coronel Monjardim), retornando pela Rua Dionísio Rosendo.

Em vez disso, porém, estão sendo instalados parquímetros em algumas destas ruas com potencial e vocação para a “vida”. Algo contraditório?